

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

Proc. n.º 3-20 - “Aquisição de combustíveis rodoviários a granel – gasóleo simples e gasolina sem chumbo 95”

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	2
CLÁUSULA 1ª (OBJETO E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS).....	2
CLÁUSULA 2ª (PREÇO BASE)	3
CLÁUSULA 3ª (CONTRATO)	3
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.....	4
SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
CLÁUSULA 4ª (OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR)	4
CLÁUSULA 5ª (PERÍODO DE VIGÊNCIA)	5
CLÁUSULA 6ª (ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO).....	6
SUBSECÇÃO III - DEVER DE SIGILO.....	6
CLÁUSULA 7ª (OBJETO DO DEVER DE SIGILO)	6
SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	7
CLÁUSULA 8ª (PREÇO CONTRATUAL).....	7
CLÁUSULA 9ª (CONDIÇÕES DE PAGAMENTO)	8
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	9
CLÁUSULA 10ª (PENALIDADES CONTRATUAIS)	9
CLÁUSULA 11ª (FORÇA MAIOR)	10
CLÁUSULA 12ª (RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO).....	11
CLÁUSULA 13ª (FORO COMPETENTE)	11
CLÁUSULA 14ª (SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL)	11
CAPÍTULO IV - CLÁUSULAS FINAIS	12
CLÁUSULA 15ª (LEGISLAÇÃO APLICÁVEL).....	12

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

(Objeto e características técnicas)

1.1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas contratuais cujo objeto principal é a “AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS A GRANEL – GASÓLEO SIMPLES E GASOLINA SEM CHUMBO 95, PELO PERÍODO DE 3 ANOS”.

1.2. Quantidades e especificações a satisfazer:

Produto	Quantidades estimadas (Litros)	Capacidade do Depósito (propriedade do Município de Oliveira de Azeméis)
Gasóleo Simples	300 000	20.000 L
Gasolina sem chumbo 95	45 000	5.000 L

NOTA: As quantidades apresentadas são meramente indicativas, não vinculando a entidade adjudicante à aquisição da quantidade total mencionada.

1.2.1. Os combustíveis rodoviários (Gasóleo Simples e Gasolina 95) deverão cumprir os requisitos constantes nas normais legais e regulamentos aplicáveis em vigor.

1.2.2. O fornecimento será efetuado de forma faseada, nas quantidades previamente solicitadas pelos serviços do Município de Oliveira de Azeméis, sendo que cada entrega corresponde aproximadamente a 18.000 L Gasóleo (mês) e a 3.500 L Gasolina (2 em 2 meses). Contudo, dependendo dos consumos, estas entregas poderão ser superiores e/ou inferiores às referidas estimativas.

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

1.2.3. Por cada entrega de combustíveis efetuada, o contraente público, por si, ou através de terceiro por ele designado, pode proceder à inspeção qualitativa do mesmo, com vista a verificar a conformidade com as normas legais e regulamentarmente aplicáveis.

1.2.4. A receção dos combustíveis será efetuada em depósito próprio da entidade adjudicante, que se situa nas instalações do Parque Auto, sito na Zona Industrial de Oliveira de Azeméis, dentro do horário de funcionamento do mesmo (de segunda a quinta feira das 8h às 17h e à sexta feira, das 8 às 12h).

1.2.5. Somente em casos excecionais devidamente justificados, e mediante consentimento expresso do Município, poderá o fornecedor proceder à entrega fora daqueles horários.

1.2.6. Aquando da adjudicação, deverão ser facultados os contactos (telefónicos e e-mail) específicos para efetuar encomendas e tratar de quaisquer assuntos relacionados com o contrato.

1.2.7. O fornecedor deverá possuir as fichas técnicas e de segurança dos combustíveis (gasóleo simples e gasolina sem chumbo 95) devidamente atualizadas. O Município de Oliveira de Azeméis pode, sempre que entender conveniente, solicitar o envio desses documentos, sendo concedido um prazo para o efeito.

Cláusula 2.^a

(Preço base)

Para efeitos do artigo 47º, n.º 1, 3 e 4, do CCP, o preço base foi fixado, tendo em consideração o preço médio diário obtido através da consulta da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), e ainda as especificidades técnicas indicadas na cláusula 1.^a deste caderno de encargos, no montante de **389.565,00 €** (trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e sessenta e cinco euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 3.^a

(Contrato)

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do fornecedor

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 4.ª

(Obrigações principais do fornecedor)

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta e com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na cláusula 1.ª;
- b) Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da entrega, deve a entidade fornecedora, no momento em que dela tenha conhecimento, requerer à entidade adjudicante que lhes seja concedida uma prorrogação adequadamente fundamentada do respetivo prazo;
- c) Os serviços de carga, transporte e abastecimento no local de entrega deverão cumprir todas as normas de segurança previstas na legislação em vigor.

Cláusula 5.ª

(Período de vigência)

1. O período de vigência do presente fornecimento inicia-se no dia seguinte ao da assinatura do contrato e vigora pelo período de 36 (trinta e seis) meses, podendo terminar antes caso seja atingido o valor limite da aquisição, ou seja, **389.565,00 €** (trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e sessenta e cinco euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
2. O presente fornecimento resulta ainda do cumprimento de todas as obrigações por parte do adjudicatário resultantes da sua proposta, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o valor previsto no contrato, este extingue-se sem que assista ao fornecedor o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

Cláusula 6.^a

(Entrega dos bens objeto do contrato)

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas instalações da entidade adjudicante (Parque Auto do Município de Oliveira de Azeméis), sitas na R. Joaquim da Silva Landeau, 3720-917 Oliveira de Azeméis.

A referida entrega é efetuada de forma parcial (*em função das necessidades dos serviços utilizadores*), sendo efetuado mediante documento (*PFO - Pedido de Fornecimento*), emitido pelo Município de Oliveira de Azeméis, dirigido ao fornecedor.

2. Os bens deverão ser entregues, após solicitação, num prazo não superior a 2 (dois) dias úteis.

A unidade de apresentação do prazo de resposta para efetivação do fornecimento deverá ser expresso em dias úteis.

3. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega do bem objeto do contrato, todos os documentos (redigidos obrigatoriamente em língua portuguesa), que sejam necessários.

4. Todas as despesas e custos com o transporte dos produtos objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Subsecção III - Dever de sigilo

Cláusula 7.^a

(Objeto do dever de sigilo)

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Oliveira de Azeméis, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Secção II – Obrigações do Município de Oliveira de Azeméis

Cláusula 8.ª

(Preço contratual)

1. O preço contratual é de **389.565,00 €** (trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e sessenta e cinco euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço de cada fornecimento será determinado pela média do valor do litro de gasóleo e/ou gasolina sem chumbo 95, constante do site oficial da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), à data da encomenda/PFO, sobre o qual será aplicado o valor do desconto constante da proposta adjudicada. Para o efeito será tida em conta a seguinte fórmula:

$$V_f = ((pmlg/1,y) - (vdesc)) \times qlf$$

Em que:

V_f – Valor da fatura sem IVA;

pmlg – Preço médio do litro de gasóleo simples e/ou gasolina sem chumbo 95, constante no site da Direcção-Geral de Energia e Geologia <http://www.precoscombustiveis.dgeg.pt/>, à data da encomenda;

y – Percentagem da taxa de IVA em vigor à data da encomenda do gasóleo simples e/ou gasolina sem chumbo 95;

vdesc – Valor do desconto da proposta do concorrente adjudicatário, acrescida do IVA a taxa legal em vigor;

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

qlf – quantidade de litros fornecida

NOTA: O preço constante do site oficial da Direcção-Geral de Geologia e Energia <http://www.precoscombustiveis.dgeg.pt/>, já inclui o IVA, pelo que o mesmo será deduzido, conforme a fórmula supra, para efeito da aplicação do desconto.

2. Ao valor do fornecimento será acrescido a taxa de IVA aplicável.
3. O valor a constar na fatura será o referente ao dia da encomenda do gasóleo e/ou gasolina.
4. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 9.^a

(Condições de pagamento)

1. A(s) quantia(s) devida(s) pelo Município de Oliveira de Azeméis, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) num prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município de Oliveira de Azeméis das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, salvo se estabelecida condição de pagamento distinta desta no contrato, não podendo em qualquer caso esta exceder os 60 (sessenta) dias.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega e verificação da conformidade dos bens, devendo o concorrente fazer menção expressa do prazo de pagamento que pretende ver executado no decurso da execução do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Oliveira de Azeméis, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

4. As condições de pagamento deverão ser apresentadas e estabelecidas pelo próprio concorrente na sua proposta, de forma expressa e inequívoca.

Não são aceitáveis condições de pagamento do tipo “a combinar” ou similares.

5. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar, nos termos do artigo 292º, do CCP.

CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 10.^a

(Penalidades contratuais)

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Oliveira de Azeméis pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento dos prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 10% do valor do pedido de fornecimento X n.º dias atraso;

NOTA: Nos casos em que se obtenha, a título de penalidade, um valor superior aos limites definidos no artigo 329.º, do C.C.P., será este último o valor máximo aplicável.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Oliveira de Azeméis pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor global do contrato.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a), do n.º 1, relativamente ao bem objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Oliveira de Azeméis tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5. O Município de Oliveira de Azeméis pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Oliveira de Azeméis exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11.^a

(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Clausula 12.^a

(Resolução por parte do contraente público)

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Oliveira de Azeméis pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 13.^a

(Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 14.^a

(Subcontratação e cessão da posição contratual)

1. A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos previstos no CCP.

2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos



Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público Internacional

para resolução do contrato, aquele cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes, sempre que tal seja aplicável.

CAPÍTULO IV - CLÁUSULAS FINAIS**Clausula 15.^a****(Legislação aplicável)**

Em tudo omissos neste Caderno de Encargos, observar-se-á o estatuído no Código dos Contratos Públicos e na demais legislação aplicável.

Hélder Martinho Valente Simões
Assinatura Eletrónica Qualificada
2020/04/30 14:09:31 +0100